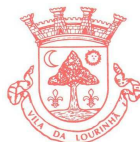


**ATA 19/2019**  
**Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 19/2019**  
**Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019**

**Início da reunião: 09,40 horas**

**Términos da reunião: 11,45 horas**

### **Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Vice-Presidente:** José António da Costa Tomé, que na qualidade de Vice-presidente substituiu o Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, por ausência deste na presente reunião, de acordo com o despacho de 17.10.2017 e, consequentemente, foi substituído pelo Sr. Vereador Brian Costa da Silva, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

**Vereadores:** Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira  
Brian Costa da Silva  
Carla Maria Pereira Custódio  
João José da Silva Serra  
Ana Filipa Garcia Ferreira Caixaria (substituiu na presente reunião o Sr. Vereador Hernâni Luís Henriques Santos, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01)

### **Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

**Cargo:** Assistente Técnico

**FALTAS JUSTIFICADAS:** A Câmara deliberou justificar as faltas dadas pelos: - Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, que se encontrava ausente por motivo de gozo de férias; - Sr. Vereador Hernâni Luís Henriques Santos, que se encontrava ausente por motivos profissionais

**FALTA NÃO JUSTIFICADA:** Sr. Vereador António Augusto Baptista Antunes.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

### **ABERTURA DA ACTA**

----- Aos 10 dias do mês de julho de 2019, na Sala de Reuniões do Órgão Executivo, pelas 09,40 horas, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, José António da Costa Tomé (substituiu o Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, por ausência deste na presente reunião, de acordo com o despacho de 17.10.2017 e, consequentemente, foi substituído pelo Sr. Vereador Brian Costa da Silva, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.), declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, Brian Costa da Silva, Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Ana Filipa Garcia Ferreira Caixaria (substituiu na presente reunião o Sr. Vereador Hernâni Luís Henriques Santos, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01), na qual foram tratados os seguintes assuntos:

**OUTROS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ PRESENTES:** Dr. **Constantino Rodrigues Carvalho**, Chefe da Divisão de Administração Geral.

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Sr.ª Vereadora **Vanda Oliveira** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

**1.º - Cerimónia Solene - Feriado Municipal:** Referiu que os vereadores do PSD ficaram desagradados com o facto da cerimónia solene ter sido antecipada 15 minutos, sem que tivessem sido devidamente avisados. Na sua opinião, a responsabilidade por esta situação ter acontecido recai sobre o Sr. Presidente da Câmara. Como 1.ª eleita pelas listas do PSD, considera que, no mínimo, deveriam tê-la avisado da aludida alteração de horário. Pretendia apresentar esta situação na presença do Sr. Presidente da Câmara, mas o mesmo não está presente, sendo que, na próxima reunião, esta manifestação de desagrado, pode já ser extemporânea. O Sr. **Vice-presidente da Câmara** referiu que no convite o programa começa às 09,00 horas, sendo que em bom rigor, a nível protocolar, os convidados devem comparecer 10 minutos antes. A Sr.ª Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que não estava presente a essa hora dado que não exerce funções a tempo inteiro ou meio tempo, nem possui qualquer pelouro e o aludido período (das 09,00h às 09,30h) era destinado à receção dos representantes das entidades oficiais e convidados. Por conseguinte, nesse período teve um compromisso familiar e só pôde chegar às 09,42h, sendo que no programa constava às 09,45 h a cerimónia do hastear das bandeiras e às 10,00h a Sessão Solene da Assembleia Municipal. Mas quando chegou já tinham subido todos para o Salão Nobre dos Paços do Município para a aludida sessão solene. O Sr. **Vice-presidente da Câmara** informou que



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

aquilo que aconteceu foi o seguinte: estavam à espera que a Banda tocasse duas peças após o hastear da bandeira, mas só tocou uma, cuja situação originou esta situação, isto é, as pessoas de seguida deslocaram-se para o salão nobre. Mas, para o próximo ano, irá ser ponderada a possibilidade de apenas constar a hora de início do programa.

**2.º - Aparecimento de medusas nas praias do concelho da Lourinhã**: Referiu que é de conhecimento público que apareceram medusas nas praias do concelho. Consequentemente, face ao perigo que representam, algumas praias foram interditadas a banhos. Sabe que esta situação não compete à Câmara, apenas gostava de saber se é expetável que para a semana esta situação esteja ultrapassada. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que, realmente, não está nas mãos da Câmara. Por conseguinte, não pode garantir que para a semana esta situação esteja ultrapassada. Portanto, foram, efetivamente, avistadas nas praias do concelho Medusas de Velella Velella, cuja espécie é subtropical e é uma parente próxima da caravela-portuguesa. Não sabem por que razão a referida espécie apareceu nas praias do Concelho da Lourinhã, embora possam deduzir que tenha a ver com as correntes marítimas. As mesmas apareceram junto à costa, porque registou-se uma alteração da temperatura da água, cuja deslocação foi facilitada pelo vento. Esta espécie tem propriedades urticantes, esteja viva ou morta. Deste modo, não é de todo aconselhável tocar nestas medusas, porque pode ter consequências graves para a saúde. Existe, efetivamente, perigo para as pessoas, pelo que, como medida de proteção, decidiu-se encerrar algumas praias do concelho de forma provisória. Logo que estejam garantidas todas as condições de segurança as aludidas praias serão reabertas aos banhistas. Considera que se trata de uma situação anormal e temporária.

O Sr. Vereador **João Serra** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Comunicado do PSD da Lourinhã sobre as praias do concelho - Jornal “Alvorada”**:

Referiu que se trata de uma situação que criou algum mal-estar, porque a respetiva matéria nunca foi levantada em sede de reunião do Órgão Executivo pelos vereadores do PSD. Portanto, o PSD da Lourinhã desenvolveu uma ação à qual designaram por “Lourinhã limpa é mais bonita”. Deste modo, disse o seguinte: a aludida ação decorreu em praias onde foi hasteada a Bandeira Azul e, nessa medida, para que as respetivas praias tivessem recebido o respetivo galardão tiveram que cumprir diversos critérios. Em relação à limpeza e conservação, como é sabido, a descentralização para o município só se verificou este ano, pelo que muitas das situações que aconteciam nas zonas balneares nem sequer eram da responsabilidade do município e nem podiam intervir livremente. Também nas praias com Bandeira Azul, onde está afixada a carta aos banhistas, cujas praias são concessionadas, é proibida a permanência de



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 19/2019**  
**Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019**

canídeos, embora haja a exceção para cães de assistência (Ex. cão-guia, que auxilia pessoas com deficiência visual). Por conseguinte, os banhistas não devem levar os cães para as respetivas praias. Deste modo, é contraproducente a colocação de sacos para a recolha de detritos, cuja medida consta no comunicado do PSD. Quer dizer também que existem reuniões preparatórias com os concessionários, onde é definido um plano de limpeza das praias, tendo a mesma sido reforçada este ano. Em relação à colocação de mais caixotes do lixo, também pode ser uma medida contraproducente, porque os mesmos já estão colocados, na sua opinião, em número adequado. Inclusive, este ano até houve um reforço. Por outro lado, a colocação de ainda mais caixotes de lixo pode desincentivar os banhistas a levarem um saco para colocarem o lixo, e, efetivamente, é desejável prosseguir com esta sensibilização a nível ambiental. Também houve um reforço em relação ao lixo para a reciclagem, ao nível do plástico e do vidro. Portanto, é com grande satisfação que afirma que, ao contrário daquilo que o PSD refere no seu comunicado, ao nível da limpeza e da conservação, na sua opinião, estão bastante melhor e, certamente, vão melhorar ainda mais no futuro, porque pretende-se que a melhoria seja contínua. Deste modo, considera que falta substância ao comunicado do PSD, dado que não podem só dizer que falta mais limpeza e mais conservação sem especificarem as questões. Depois a aludida ação decorreu em praias onde foi hastada a Bandeira Azul, onde estas, garante, não se compadecem com a falta de limpeza ou de conservação. Em relação ao ecocentro, obviamente que querem fazer um novo ecocentro, dotando-o de boas condições, embora o atual tenha sido objeto de uma reformulação, cujas melhorias são visíveis. Mas, efetivamente, consta do programa eleitoral do PS um novo ecocentro. Em relação à questão dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), como consta no comunicado do PSD, parece que a Câmara não tem feito nada em relação a esta matéria, pelo que considera que é desadequado por parte do PSD. Por isso, terá todo o gosto em falar sobre estas situações em sede de reunião de Órgão Executivo, para que depois os vereadores do PSD possam, no exterior, abordar estas temáticas, num ano de eleições, sem tanto populismo. Também é referido no comunicado do PSD que devem ser valorizados os 12 Km de costa da Lourinhã. Portanto, considera que trata-se de um erro crasso do PSD dizer isto, quando o município promoveu ou está a promover as seguintes ações/projetos/candidaturas/eventos: - Criação do Ecomar e uma DLBC criada pela Câmara Municipal da Lourinhã, juntamente com a Câmara Municipal de Torres Vedras. Portanto, essa questão do PSD cai logo por terra; - No concelho da Lourinhã existem 3 praias com bandeira azul, 3 praias com o galardão "Praia Acessível, Praia para Todos"; - Requalificação dos apoios de praia, por parte dos



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

concessionários, cujos apoios vieram dignificar as respetivas praias; - Requalificação do Parque de Campismo a nível interior e exterior; - Quinzena Gastronómica do Polvo, cujo evento realiza-se há muitos anos; - Quinzena Gastronómica do Carapau, que começou a ser realizado este ano; - Encontra-se em preparação uma candidatura para Paimogo, no âmbito do Eeagrants Portugal, embora não saiba se irá conseguir submeter a mesma; - Candidatura no âmbito do Portugal 2020 das Physalia para apoio à náutica. Realça que existe um POC que regulamenta todas as situações junto à costa e, por conseguinte não podem fazer nada que colida com o aludido regulamento; - Encetaram reuniões com os presidentes de Câmara, cujos municípios integram a CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, com vista a dignificação do edifício da Colónia Balnear de Castelo Branco; - Requalificação do Posto de Turismo e dos espaços adjacentes; - Colocação de Tomi's, em que um deles será instalado na Praia da Areia Branca; - Projeto de intervenção em zona da praia, numa área de 50.000 m<sup>2</sup>, no âmbito do Portugal 2020, cujo aviso está lá colado e refere a respetiva requalificação e construção de passadiços; - Dois PR, um da grande rota. Existe ainda um novo PR no âmbito do “Dinossauros à Rocha”; - Apresentaram medidas na OesteCIM relativamente às alterações climáticas, que visam mitigar os efeitos da seca, a erosão costeira e inundações. Apresentaram medidas para o reforço da rega, proteção das arribas, minimização das cheias; - O Parque da Cegonha, que também visa mitigar os efeitos das alterações climáticas no que diz respeito às cheias, ao nível dos refluxos de água; - Programa Ecovalor, que só por si já é um dado importantíssimo; - Projeto do Depositário; - Criação de uma estrada e de estacionamento no Caniçal, cujo terreno é cedido pela Fundação Ventura José Fernandes; - Realização do Campeonato do Mundo e da Europa de *Freeride* este ano, cuja prova será, igualmente, realizada na Lourinhã em 2020 e 2021; - Realização do festival “Sons na Areia”; - Biblioteca de praia. Disse ainda que a Vodafone já faz distribuição de cinzeiros na praia. Portanto, quando o PSD da Lourinhã refere, no seu comunicado, que não se está a fazer nada na zona do mar (litoral), a si (João Serra), no mínimo, deixa-o um pouco triste. Acha que o PSD Lourinhã teve uma postura completamente desajustada face à realidade. Sabe que esta ação não foi desenvolvida por nenhum dos vereadores do PSD, mas sim pelo PSD da Lourinhã, embora tenha contado com a participação do vereador Hernâni Santos. Portanto, o aludido vereador não vive em dois mundos, mas apenas num mundo que se chama “partidário”. Teve que expressar a sua opinião sobre o aludido comunicado em relação à ação que foi desenvolvida sob a designação: ““Lourinhã limpa é mais bonita”. Quer ainda clarificar que está a responder na qualidade de vereador, e não em nome do PS da Lourinhã. Em relação à despoluição do



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

Rio Grande, estão todos de acordo, dado que todos querem a despoluição do referido rio. Não tem sido fácil, dado que a população da Lourinhã tem crescido exponencialmente, sendo que nenhum edifício tem sido construído sem que esteja acautelada a questão dos efluentes que são gerados. Em relação aos esgotos é um processo que está curso, cuja verba prevista para resolver esta questão, embora não tenha a certeza que seja suficiente, é cerca de 2 milhões de euros. Mas concorda, plenamente, que as respetivas obras devem ser executadas. Mas já não concorda quando é referido no comunicado do PSD que a política ambiental do município cinge-se a campanhas pontuais. Portanto, têm sido desenvolvidas campanhas de sensibilização ambiental durante todo o ano. Em relação aos copos ecológicos reutilizáveis nas festas, festivais e eventos, quer dizer que já existe uma diretiva comunitária que, entretanto, será transporta a nível nacional que proibi a utilização do plástico nestas circunstâncias, sendo que em Portugal isso irá acontecer já a partir de 2020. Deste modo, terá que se implementar essa situação, embora não seja fácil. Por conseguinte, terão que ser alterados alguns paradigmas. Agora dizer-se que o município não faz nada em relação a esta matéria parece-lhe desajustado. Portanto, têm feito aquilo que é possível nesta fase. Mas irão, efetivamente, implementar porque são todos a favor do ambiente. Também dizerem que se tratou de uma medida do PSD não lhe parece correto, dado que se trata de uma situação que já não é nova na Lourinhã. Deste modo, considera abusivo dizer que foi o PSD que disse. Alguém é que achou que era uma medida original, mas são várias as entidades que já dizem isto há algum tempo, desde Associações ambientalistas nacionais a estrangeiras. Todos falam desta temática da reciclagem. Como tal são todos sensíveis a esta temática. A implementação, reitera, que não será fácil, mas para o ano terá que ser uma realidade. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que, em relação ao programa Ecovalor, deseja que fique registado em ata o seguinte: no concelho da Lourinhã a campanha levada a cabo pela Valorsul, em anos anteriores, iniciava-se, habitualmente, em janeiro. Mas no ano passado iniciou em novembro e este ano querem que se inicie em outubro. As escolas e as associações do concelho da Lourinhã contribuíram com cerca de 200 toneladas, sendo que no total de 19 municípios, onde decorre este programa de educação ambiental, foram depositados 500 toneladas, ou seja, o concelho da Lourinhã, de um total de 500 toneladas, contribuiu com 200 toneladas. Em relação ao DTR – Depósito Temporário de Resíduos desconhece se os senhores vereadores se têm deslocado a este equipamento municipal, mas quer dizer o seguinte: o mesmo em 2018 esteve encerrado em janeiro e fevereiro dado que foi objeto de uma reestruturação ao nível do espaço físico, assim como em relação ao seu funcionamento. Se os vereadores se deslocaram agora



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

ao DTR poderão verificar “in loco” a reestruturação que foi feita. Poderão verificar que no respetivo espaço encontram-se diversos contentores e nos mesmos são depositados os respetivos resíduos. Poderão ainda verificar a existência de sinalização específica. O DTR não está ainda a funcionar como gostariam, mas as melhorias são claramente visíveis. O Sr. Vereador **João Serra** referiu ainda que, em relação aos plásticos agrícolas, cuja matéria foi apresentada pelo Sr. Vereador António Augusto Antunes em algumas reuniões de Câmara, esclareceu que, embora a responsabilidade legal da recolha não caiba à Câmara, fizeram as devidas diligências e, atualmente, é o município, em parceria com a Louricoop, que faz a respetiva recolha, assim como o encaminhamento dos resíduos. Depois do Verão, provavelmente, ir-se-á possuir um contentor para depositar os aludidos resíduos. Portanto, trata-se de mais uma ação levada a cabo pelo município a nível ambiental. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que, em relação à intervenção do Vereador João Serra, sobre o comunicado que o PSD da Lourinhã emitiu através do Jornal “Alvorada”, disse o seguinte: não tem totalmente presente o teor do mesmo, sendo que se tratou de uma iniciativa da comissão política do PSD local. A realização da respetiva ação foi comunicada aos vereadores do PSD um dia antes, para caso os vereadores do PSD quiserem participar. Portanto, a aludida iniciativa é da total responsabilidade da comissão política do PSD local, assim como o comunicado. Eventualmente, há certas situações com as quais comungam, outras nem tanto. Em relação àquilo que o Vereador João Serra, referiu sobre a questão da limpeza, daquilo que se recorda do comunicado, pensa que o teor do mesmo não está assim tão dramático. Relativamente a quem escreve, pode ser mais acutilante ou não. Mas a responsabilidade é de quem emite e de quem faz. Sobre a questão de estar a fazer-se campanha, na sua opinião, o objetivo aqui, obviamente, enquanto comissão política, é sair para a rua e fazer campanha. Por conseguinte, na sua opinião, ninguém pode condenar, embora se deva agir corretamente. Realmente, embora não tenha presente o teor do comunicado, é, efetivamente, errado ter sido dito que não se tem feito nada em relação aos 12 Km de costa. Possivelmente, poder-se-ia ter dito: “Há muito mais a fazer”. Na sua opinião teria ficado melhor. Mas, pronto, como disse, isso tem a ver com a forma de quem escreve. Em relação aos cinzeiros de praia, eventualmente existe quem já os distribua. Mas, na sua opinião, não se pode condenar quem quer fazer também uma distribuição semelhante. Portanto, a interpretação que faz é a seguinte: como os problemas ambientais estão muito em foco, é normal que as comissões políticas se envolvam de forma mais incisiva nas questões ambientais. Nessa medida são desenvolvidas ações na rua que visam criar visibilidade no concelho, assim como para demonstrarem preocupação em





## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

relação ao ambiente. Como se pode constatar não esteve presente na aludida ação, mas também não tem que justificar por que razão não participou. Não quer dizer que não participe no futuro caso haja outra ação igual. Poderá participar caso entenda que o deva fazer, cuja participação irá depender de algumas circunstâncias. Aquilo que o Sr. Vereador João Serra elencou é um resumo daquilo que foi desenvolvido, relativamente a questões e que até é positivo. São factos e, portanto, quanto a isto não pode dizer mais nada. Portanto, não se pode responsabilizar por atos de outras pessoas. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que não irá ler o teor do comunicado, mas no mesmo está escrito o seguinte: “o Município **cumpra**:

- “*convenientemente a limpeza e conservação dos espaços públicos;*”
- “*leve a cabo ações concertadas e crie melhores condições, colocando mais caixotes de lixo, sacos para recolha de detritos, disponibilizando cinzeiros à população*”. - Ora, em relação a este item, disse que a Câmara já colocou mais caixotes do lixo. No tocante aos detritos, os cães nem sequer podem frequentar as respetivas praias. Quanto aos cinzeiros, esta ação já é desenvolvida há muitos anos.
- “*a filosofia dos 3 R's*”;
- “*valorize os 12 kms de costa da Lourinhã, que continuam subaproveitados; que de uma vez por todas erradique os esgotos que ainda correm a céu aberto;*” - Ora, em relação aos esgotos, é verdade que existem ainda algumas situações, mas também é verdade e é sabido que estão a trabalhar para resolver as mesmas.
- “*e que definitivamente, resolva a poluição crónica do rio Grande...*”. - Sobre este item também é sabido que há um grande esforço por parte do município para resolver esta questão. Portanto, isto só para dizer que a palavra “cumpra” é completamente desajustada, dado que faz transparecer que o município não está a fazer nada, cuja situação não corresponde de todo à verdade.

O Sr. Vereador **José Tomé** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Deslocação a Deuil-la-Barre:** Deu conhecimento ao Órgão Executivo da forma como decorreu a viagem a Deuil-la-Barre (França), no âmbito do protocolo de geminação que existe entre o município da Lourinhã e o município daquela vila francesa. O motivo principal por esta deslocação oficial foi a inauguração de uma estátua feita por uma das escultoras que esteve no Moledo. A referida escultora foi para Deuil-la-Barre em novembro de 2018 e a estátua foi inaugurada numa Praça desta vila francesa no dia 29.06.2019. Para além da aludida inauguração, assinalou-se também 10 anos, em que iniciaram as conversações que deram origem à geminação que existe atualmente entre os dois municípios.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

**2.º - Guia para famílias / Transição de 1.º para 2.º ciclo:** Entregou aos membros do Órgão Executivo um exemplar do Guia para famílias. O mesmo foi elaborado no âmbito do Projeto PIICIEO – Plano Integrado e Inovador de combate ao insucesso escolar da Região Oeste - Aluno ao Centro. O aludido Guia foi elaborado pela equipa que está a desenvolver o respetivo plano no Município da Lourinhã, tendo já sido entregue um exemplar a todos os alunos que transitaram do 4.º ano para o 5.º ano. Foi considerado pela equipa que se trata de uma transição complexa para os alunos. Nesse sentido, este Guia visa apoiar os alunos e os pais nesta fase de transição no sentido de tornar mais fácil este processo para os mesmos.

**3.º - Transferência de competências para o município no domínio da Educação:** Referiu que o município da Lourinhã aceitou as respetivas competências. Todavia existem algumas situações que carecem de ser concertadas. Portanto, o art.º 66.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30.01 determina que seja criada uma comissão de acompanhamento e monitorização. Nesse sentido, foram contatados formalmente pelo Ministério da Educação para que a Câmara solicitasse à DEGEstE que indicasse o representante do Ministério da Educação. Ora, esse procedimento foi feito, tendo sido designado como representante do Ministério da Educação para a aludida comissão o Dr.º Francisco Neves, Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo. A aludida comissão é composta, para além do representante do Ministério da Educação, pelos seguintes elementos: - O Presidente da Câmara, que preside; - Os diretores dos agrupamentos de escolas. Podem ainda participar nos trabalhos, quando a natureza das matérias a tratar o justifique, representantes de outras entidades e organismos da Administração Pública. Agora há aqui a seguinte questão: A constituição da Comissão tem que ser aprovada pelo Órgão Executivo. No entanto, a indicação do representante do Ministério da Educação só foi comunicada no dia de ontem. Por conseguinte, ainda não foi possível convocar qualquer reunião da comissão. Contudo, a próxima reunião de Câmara realiza-se só no dia 31.07.2019. Deste modo, questionou ao Chefe da DAG se, a nível legal, é possível o Presidente da Câmara convocar a comissão e depois regularizar a situação na reunião de Câmara no dia 31.07.2019. Isto porque, existe a necessidade de iniciar os trabalhos e há um grande desfasamento de dias até ao dia 31.07.2019. Também o mês de agosto é, tradicionalmente, um mês de férias e, deste modo, corre-se o risco de atrasar ainda mais este processo. O **Chefe da DAG** referiu que não há impedimento em agir desta forma, dado que o procedimento pode ser alvo de ratificação na próxima reunião de Câmara. O Órgão Executivo concordou que o Presidente da Câmara convoque a Comissão, cuja situação será regularizada posteriormente em sede de reunião de Câmara.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

**3.º - Conselho Municipal de Educação:** Referiu que a composição do Conselho Municipal de Educação foi alterada com a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30.01. Por conseguinte, esta situação faz com que o atual Conselho deixe de exercer funções. Deste modo, esta matéria irá ser tratada na reunião da Comissão de Acompanhamento e Monitorização para que seja desenvolvido o respetivo processo para a constituição de um novo Conselho Municipal de Educação, de acordo com o acima citado diploma legal.

### **----- ORDEM DO DIA -----**

#### **----- INFORMAÇÃO FINANCEIRA -----**

**PONTO 1 – a)** Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **04/07/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **04/07/2019**;-----

**PONTO 2** - Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **04/07/2019**.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **----- EXPEDIENTE -----**

**PONTO 3 - JUNTAS DE FREGUESIA DE: - MOITA DOS FERREIROS (REGISTO N.º 7409 DE 04.07.2019); - RIBAMAR (REGISTO N.º 7025 DE 01.07.2019 E 7406 DE 04.07.2019); - SANTA BARBARA (REGISTO N.º 6916 DE 28.06.2019); - REGUENGO GRANDE (REGISTO N.º 6919 DE 28.06.2019); - VIMEIRO (REGISTO N.º 7485 DE 05.07.2019) E; UNIÕES DE FREGUESIA DE: - LOURINHÃ E ATALAIA (REGISTO N.º 7404 DE 04.07.2019); - SÃO BARTOLOMEU DOS GALEGOS E MOLEDO (REGISTO N.º 6930 DE 28.06.2019) E; - MIRAGAIA DE MARTELEIRA (REGISTO N.º 7100 DE 01.07.2019): Para conhecimento**, comunicam que as respetivas Assembleias de Freguesias deliberaram não aceitar a transferência de competências, nos termos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, relativamente aos anos de 2019 e 2020.

**Nota:** As respetivas comunicações encontram-se como anexo.

A Câmara tomou conhecimento.

**PONTO 4 – N.º 7121/2019, DE 02/07 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA LOURINHÃ** – Presente o ofício n.º 05/2019, de 01/07, a comunicar as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, em sua sessão de **19/06/2019**, que em baixo se transcreve:

**“ASSUNTO:** SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 19 DE JUNHO DE 2019/ COMUNICAÇÃO DE DELIBERAÇÕES.

Exmº Senhor,



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

Pelo presente comunica-se a V.Ex.<sup>a</sup> as deliberações tomadas por este Órgão Deliberativo, na sua sessão ordinária de 19 de junho de 2019, a saber:

<b>PONTOS</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>RESULTADO FINAL</b>
<b>II</b>	<i>Projeto de Regulamento Municipal de Reconhecimento e Proteção de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
<b>III</b>	<i>Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vimeiro</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
<b>IV</b>	<i>Protocolo de Colaboração entre Município da Lourinhã e a Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã, para beneficiação dos caminhos das oito freguesias associadas, através do corte e limpeza de caniços</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
<b>V</b>	<i>Acordo prévio para a transferência de competências no domínio da saúde para a Comunidade Intermunicipal do Oeste</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
<b>VI</b>	<i>Acordo prévio para a transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores para a Comunidade Intermunicipal do Oeste</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
<b>VII</b>	<i>Acordo prévio para a transferência de competências no domínio da educação para a Comunidade Intermunicipal do Oeste</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

<b>VIII</b>	<i>1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2019</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
<b>IX</b>	<i>5ª Revisão às Grandes Opções do Plano, relativa ao Ano Financeiro de 2019</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 20 votos a favor e 09 abstenções</i>
<b>X</b>	<i>5ª Revisão ao Orçamento, relativo ao Ano Financeiro de 2019</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 20 votos a favor e 09 abstenções</i>
<b>XI</b>	<i>Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Instituto dos Registos e do Notariado, o Município da Lourinhã e a União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
<b>XII</b>	<i>Informação n.º 6918/2019, de 05/06, da Coordenação Financeira - relativa à "Posição de compromissos plurianuais, assumidos entre o período de 19 de março e 31 de maio de 2019</i>	<i>A AML tomou conhecimento</i>

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal,

(António Alberto de Carvalho Santos)"

A Câmara tomou conhecimento.

### **OUTRAS DELIBERAÇÕES**

**INFORMAÇÕES:** - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

#### **DA COORDENAÇÃO FINANCEIRA – FUNDOS ESTRUTURAIS:**

**PONTO 5 – N.º 7770/2019, DE 28/06 – NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA OPERAÇÃO N.º CENTRO-03-5673-FEDER-000116 - PEDIDO DE APROVAÇÃO PELA CÂMARA DA ADENDA AO TERMO DE ACEITAÇÃO E RESPETIVOS ANEXOS / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA**

"Na sequência do pedido de alteração da operação identificada em epígrafe, solicitada a 28/12/2018 (pedido de Reprogramação Temporal, Física e Financeira), e da reprogramação do Pacto (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial), dos valores FEDER inscritos para o projeto, rececionou se a notificação UO 4 IEP 3520/2019 (em anexo), com a decisão de



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*aprovação da alteração da operação, na sequência da deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro de 25/06/2019.*

*É solicitado na referida notificação, a devolução da Adenda ao Termo de Aceitação acompanhada dos anexos Decisão de Aprovação da Alteração e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira, devidamente assinados e autenticados por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da referida notificação.*

*Face ao exposto, e sendo da competência da Câmara Municipal, solicita-se a aceitação da decisão da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, que aprovou a alteração da operação, a fim de se proceder à devolução da referida Adenda ao Termo de Aceitação e anexos, ao CENTRO 2020, dentro do prazo requerido.*

*À consideração superior,*

*A Técnica Superior,*

*Maria da Conceição Ferreira Pereira*

### **Anexos:**

- Email com link de acesso à Notificação da CCDRC  
(Email\_com\_link\_acesso\_Notificacao\_aprov\_alt\_op);

- Notificação do Centro 2020 com a decisão de aprovação da alteração da operação, Adenda e anexos (Notificação\_UO\_4\_IEP\_3520\_2019\_Adenda\_TA\_aprov\_alt)."

### **DESPACHO DO SR.. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADO DE 04.07.2019:**

*" Aceito a decisão da Comissão Diretiva. À CM para ratificação."*

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 04.07.2019, que aceitou a respetiva decisão da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro.

### **PONTO 6 – N.º 8063/2019, DE 03/07 – NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA N.º CENTRO-07-2316-FEDER--000243/ RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR.**

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA:**

*" Na sequência da deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, rececionou se a notificação com a Ref.ª: UO 3 - RU 3596/2019, com a decisão de aprovação da candidatura identificada em epígrafe (em anexo).*

*É solicitado na referida notificação, o envio, pelo correio, com a devolução do Termo de Aceitação, acompanhado dos anexos Decisão de Aprovação da Candidatura e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira, devidamente assinados e*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*autenticados por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da referida notificação, sob pena de caducidade da decisão de aprovação. É solicitado ainda, o comprovativo de titularidade da conta bancária indicada para os pagamentos dos apoios financeiros concedidos.*

*Face ao exposto, e sendo da competência da Câmara Municipal, solicita-se a aceitação da decisão da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, que aprovou a candidatura, a fim de se dar sequência aos restantes atos solicitados, nomeadamente a devolução do Termo de Aceitação, e o envio do comprovativo de titularidade da conta bancária indicada para os pagamentos dos apoios financeiros concedidos, ao CENTRO 2020, dentro do prazo exigido.*

*À consideração superior,*

*A Técnica Superior,*

*Maria da Conceição Ferreira Pereira*

### **Anexo:**

*Notificação do CENTRO 2020 com a Ref.<sup>a</sup>: UO 3 - RU 3596/2019, com o Termo de Aceitação, o Anexo – Decisão de Aprovação da Candidatura e o Anexo - Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira.*

### **DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE 05.07.2019:**

*“Aceito a decisão da Comissão Diretiva. À CM para ratificação.*

*A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 05.07.2019, que aceitou a respetiva decisão da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro.*

### **DO VEREADOR JOSÉ TOMÉ:**

### **PONTO 7 – N.º 8046/2019, DE 03/07 – RECONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO:**

*“Em reunião de Câmara realizada em 16 de janeiro de 2019, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo de maneio no valor de **1 000€** a favor do signatário.*

*No período compreendido entre 01 de maio e 30 de junho de 2019 foram efetuadas as despesas constantes no mapa em anexo.*

*De acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, junto remeto documentos comprovativos da despesa efetuada, no período acima referido, no valor de **112.74€**.*

*À consideração superior,*

*O Vereador em Regime de Permanência*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*José António Costa Tomé, Dr.º*

### **INFORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO FINANCEIRA DE 05.07.2019:**

*“Para envio à CM após verificação pela CF.”*

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição do fundo de maneiio em causa.

As Sr<sup>as</sup> Vereadoras **Vanda Oliveira** e **Ana Filipa Caixaria** abstiveram-se.

### **DO VEREADOR JOÃO SERRA:**

#### **PONTO 8 – N.º 8045/2019, DE 03/07 – RECONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO:**

*“ Em reunião de Câmara realizada em 16 de janeiro de 2019, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo de maneiio no valor de **1 000€** a favor do signatário.*

*No período compreendido entre 01 de maio e 30 de junho de 2019 foram efetuadas as despesas constantes no mapa em anexo.*

*De acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, junto remeto documentos comprovativos da despesa efetuada, no período acima referido, no valor de **105.02€**.*

*À consideração superior,*

*O Vereador em Regime de Permanência*

*(João José Silva Serra, Eng.º)”*

### **INFORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO FINANCEIRA DE 05.07.2019:**

*“Para envio à CM após verificação da CF.”*

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição do fundo de maneiio em causa.

As Sr<sup>as</sup> Vereadoras **Vanda Oliveira** e **Ana Filipa Caixaria** abstiveram-se.

### **DA VEREADORA CARLA CUSTÓDIO:**

#### **PONTO 9 – N.º 8048/2019, DE 03/07 – RECONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO:**

*“ Em reunião de Câmara realizada em 16 de janeiro de 2019, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo de maneiio no valor de **1 000 €** a favor da signatária.*

*No período compreendido entre 01 de maio e 30 de junho de 2019 foram efetuadas as despesas constantes no mapa em anexo.*

*De acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, junto remeto documentos comprovativos da despesa efetuada, no período acima referido, no valor de **168.53 €**.*

*À consideração superior,*





## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*A Vereadora em Regime de Permanência*

*Carla Maria Pereira Custódio, Dra.”*

### **INFORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO FINANCEIRA DE 05.07.2019:**

*“Para ir à CM após verificação pela CF.”*

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição do fundo de maneiio em causa.

As Sr<sup>as</sup> Vereadoras **Vanda Oliveira** e **Ana Filipa Caixaria** abstiveram-se.

### **DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS:**

**PONTO 10 – N.º 7873/2019, DE 01/07 – 1) SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS CONTRATUALIZADOS CONTRATO N.º19/2018 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB DE CABEÇA GORDA, A 10/05/2019; 2) REINICIO DOS TRABALHOS SUSPENSOS, OUTORGA DO CONTRATO N.º23/2019 - TRABALHOS COMPLEMENTARES PARA O SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES - PROC.N.º2 DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE CABEÇA GORDA, A 01/07/2019; 3) PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA, DE 84 DIAS:**

*1. Através da Informação n.º5480/2019 de 08/05/2019 (anexo 1), a fiscalização informou superiormente que se **procedeu a uma suspensão parcial dos trabalhos contratualizados Contrato n.º19/2018** – Empreitada de requalificação e ampliação da EB de Cabeça Gorda, até à assinatura do contrato do novo procedimento para os Trabalho Complementares para suprimentos de Erros e Omissões Proc.n.º2 Cabeça Gorda, tendo em conta os seguintes acontecimentos:*

*a) Em reunião de Câmara de 24/04/2019, foram aceites e reconhecidos pelo órgão competente a necessidade de realização dos trabalhos complementares - Proc. n.º2 E&O, no valor total de 23.345.61 € + Iva, os quais são imprescindíveis para a conclusão da empreitada de requalificação e Ampliação da Escola Básica de Cabeça Gorda, para os quais seria necessário a realização de um novo procedimento e respetivo contrato, em virtude do valor deste trabalhos complementares somados de anteriores trabalhos complementares aceites pelo Dono de obra (1.º Adenda ao Contrato) exceder os 10% do valor do contratual (nº5 do artigo 370.º do CCP), conforme Informação da fiscalização n.º 4577/2019 de 10/04/2019 sobre os trabalhos complementares suprimento erro e omissões - Proc.n.º2;*

*b) Por despacho do Sr. Presidente a 08/05/2019 dando execução ao deliberado pela Câmara, foi solicitado o respetivo cabimento para o novo procedimento a realizar pelo serviço de Concursos;*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

c) A Coordenação Financeira deu conta da necessidade de realização de alteração orçamental para cabimentação deste novo procedimento;

d) A 03/05/2019 foi enviado resposta via email pelo Empreiteiro Pinto Miranda à solicitação da fiscalização de 26/04/2019 para prestar esclarecimentos quanto aos atrasos verificados na execução da obra, o qual pediu uma prorrogação do prazo de obra por 30 dias, alegando que os desvios que se verificam ao Plano de trabalhos aprovado (cerca de 30 dias) devem-se essencialmente "(...)à existência de trabalhos complementares ainda não contratados e que inviabilizam a realização dos trabalhos contratuais. (...)".

e) da análise desta situação, concluiu a fiscalização que a empreitada encontra-se com atrasos na execução dos trabalhos por causa imputável ao contraente público, encontrando-se o empreiteiro impossibilitado temporariamente de cumprir com os trabalhos contratuais, pelo que se propôs superiormente a suspensão parcial do contrato n.º 019/2018, no que se refere aos trabalhos de acabamentos interiores na área a reabilitar e arranjos exteriores, nos termos da alínea a) do artigo 297.º do CCP, até á assinatura do novo contrato a celebrar para a execução dos trabalhos complementares aceites pelo Dono de Obra.

Mais informou que, conforme o disposto no artigo 298.º do CCP, a suspensão parcial do contrato determina a prorrogação do prazo de execução por período igual ao inicialmente fixado para a execução das mesmas, acrescido do prazo estritamente necessário para a organização e meios e materiais para o recomeço da execução e da duração do período da suspensão.

**2. A 26 de junho de 2019 foi outorgado do Contrato n.º23/2019, referente aos Trabalhos complementares para o Suprimento de Erros e Omissões - Proc.n.º2 da Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Cabeça Gorda, pelo que dá-se como **finda a suspensão parcial dos trabalhos contratualizado através do Contrato n.º19/2018**, uma vez que com a execução dos trabalhos complementares Proc-n.º2 através este novo procedimento, torna-se possível o reinício dos trabalhos de aplicação de acabamentos na área a reabilitar e arranjos exteriores, previstos no contrato inicial.**

Pelo que, considera-se para efeitos **de recomeço dos trabalhos Contrato n.º19/2018, no dia 1 de julho**. (data da notificação via e-mail do termo de suspensão parcial dos trabalhos – E-mail Anexo 2).

**3. Quanto à prorrogação, apenas após a outorga do contrato encontramos-nos em condições de contabilizar o prazo de dilação considerado adequado a esta situação.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*Desta forma, conforme o disposto no artigo 298.º do CCP, a suspensão parcial do contrato determina a prorrogação do prazo da execução da empreitada, por período igual ao prazo inicialmente fixado para sua execução destes trabalhos cerca de 30 dias reclamados pelo empreiteiro (de acordo com o plano de trabalhos aprovado), acrescido da duração da suspensão, ou seja, 48 dias de suspensão de 10/05/2019 a 26/06/2019, e do prazo estritamente necessário para a organização de meios e materiais para o recomeço da execução dos trabalhos concedendo-se para o efeito de mais 6 dias, iniciando-se o reinício dos trabalhos suspensos a 01/07/2019, totalizando assim **84 dias de prorrogação** propostos pela fiscalização para a conclusão da presente empreitada.*

### **Conclusão:**

*Face ao exposto, somos de propor superiormente numa prorrogação de 84 dias ao Contrato inicial n.º19/2018, relativamente ao prazo de execução desta empreitada, fixando o seu término do prazo da obra a 05/08/2019.*

*Caso a presente proposta venha a merecer concordância superior, deverá submeter-se à apreciação do órgão competente na próxima reunião de CM:*

- a informação n.º5480/2019 de 2019, para ratificação do despacho proferido pelo Sr. Presidente a 10/05/2019 de suspensão parcial da obra (anexo 1);*
- a prorrogação de 84 dias do prazo de execução de obra, e posterior envio ao serviço do CNE, para promover a 2.º Adenda ao Contrato n.º19/2019, no que se refere ao prazo.*

*Eis quanto me cumpre informar,*

*A Diretora de Fiscalização:*

*Cecília Gonçalves Santos Mauricio, Arq.”*

### **DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DATADO DE 05.07.2019**

*“Concordo com a prorrogação proposta de 84 dias.*

*À CM para ratificação do despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, em 10/5, na Informação n.º 5480.”*

### **Teor do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 10.05.2019, no âmbito da Informação**

**n.º 5480:** *“Concordo. Notifique-se o empreiteiro da suspensão do contrato. Remeta-se à CM. p/ ratificar.”*

A Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 10.05.2019, que concordou com a respetiva suspensão do contrato e mandou notificar o empreiteiro; **2.º** - Aprovar a prorrogação de 84 dias do prazo de execução



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

de obra, devendo-se remeter ao CNE para que este serviço elabore a 2.ª Adenda ao Contrato n.º19/2019 no que se refere ao prazo.

As Sr.ªs Vereadoras **Vanda Oliveira** e **Ana Filipa Caixaria** abstiveram-se.

### **DO VEREADOR JOSÉ TOMÉ:**

#### **PONTO 11 – N.º 8158/2019, DE 05/07 – APOIO FINANCEIRO - IV FESTIVAL DE MARISCO DA AMA:**

*“Entre os dias 19 e 21 de julho, o marisco vai ser rei na Atalaia, com o IV Festival de Marisco, promovido pela Associação Musical da Atalaia (AMA). Esta iniciativa tem como principal objetivo a promoção dos sabores e potencialidades gastronómicos do concelho.*

*Nesse âmbito, a AMA solicitou apoio financeiro para a organização do festival, através de ofício Mydoc N.º 7525 de 05/07/2019, de forma a suportar parte das despesas de organização e divulgação do evento.*

*Considerando que nos termos da alínea u) do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a atividades de natureza diversa e que se revistam de interesse para o Município.*

*Assim, face ao exposto e considerando que o esforço do investimento a apoiar é de manifesto interesse para o concelho, proponho o que a Câmara aprecie e delibere aprovar conceder um apoio financeiro no valor de 1 500,00€ (mil e quinhentos) à Associação Musical da Atalaia, para apoio ao IV Festival de Marisco da Atalaia.*

*O Vereador em Regime de Permanência*

*Jose António Costa Tome”*

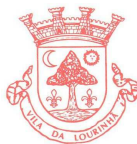
A Câmara deliberou aprovar a atribuição da respetiva comparticipação financeira, com base na informação supratranscrita.

### **DA COORDENAÇÃO FINANCEIRA:**

#### **PONTO 12 – N.º 8175/2019, DE 05/07 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADO DE 28.06.2019, QUE APROVOU OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESULTANTES DA AQUISIÇÃO DO PRÉDIO URBANO CONHECIDO POR ANTIGO ARMAZÉM DA VINHA E DO VINHO DA LOURINHÃ, SITO NA AVENIDA DE MOÇAMBIQUE, VALE MEDO – LOURINHÃ / ENCARGOS PLURIANUAIS E ALUDIDO DESPACHO EM ANEXO:**

*“ Após despacho do Sr. Presidente, com data de 28/06/2019, para aprovação da repartição dos encargos com a aquisição do prédio urbano conhecido por antigo armazém da vinha e do vinho da Lourinhã, solicita-se a ratificação do referido despacho pela Câmara Municipal e posterior envio à Assembleia Municipal.*

*A Coordenadora Financeira*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*Cristina Maria Azevedo Martins*

Após apreciação da informação supratranscrita, a Câmara deliberou: **1.º** - Ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 28.06.2019, que aprovou a repartição dos encargos plurianuais com a aquisição do prédio urbano conhecido por antigo armazém da vinha e do vinho da Lourinhã, sito na Avenida de Moçambique, Vale Medo – Lourinhã; **2.º** - Solicitar à Assembleia Municipal que ratifique o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 28.06.2019, que aprovou a respetiva assunção do compromisso plurianual, dado que a competência para autorizar o respetivo procedimento é da Assembleia Municipal, de acordo com o art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com alínea c), do número 1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21.02.

**PROCESSO DISCIPLINAR:** - Presente o seguinte Processo Disciplinar:

**PONTO 13 – N.º 7796/2019, DE 28/06 – RELATÓRIO FINAL - PROCESSO DISCIPLINAR – ALFREDO**

**JOSÉ ROCHA BESSA:** Presente o Relatório Final, acima referido, que aqui se dá por transcrito, fazendo parte integrante da Minuta da Ata:

Após apreciação do Relatório Final e da Proposta apresentada pelo Instrutor do Processo (documentos constantes da minuta da presente ata), a saber: pena de Multa no valor de uma remuneração mensal bruta, no valor de 878,80 € (oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta centimos), suspensa por um período de 12 meses, a Câmara procedeu à votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado 6 votos a favor. Deste modo, foi deliberado aplicar ao arguido, Alfredo José Rocha Bessa, a pena de Multa no valor de uma remuneração mensal bruta, no valor de 878,80 € (oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta centimos), suspensa por um período de 12 meses.

**REGULAMENTOS:** - Presentes os seguintes projetos de regulamento:

**PONTO 14 - REGISTO N.º 3922 DE 29.03.2019, CUJO PROJETO DE REGULAMENTO FOI ANEXADO NO DIA 31.05.2019 - APRESENTADO PELOS SERVIÇOS JURÍDICOS DA CÂMARA,** que abaixo se transcreve:

***“ Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços***

*Nota Justificativa*

*O regulamento municipal dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços localizados no Município da Lourinhã, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 20 de junho de 2012 e publicado pelo Edital N.º42/2012, de 13 de julho, veio complementar o regime de horários de funcionamento dos*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 19/2019**  
**Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019**

*estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, e 48/2011, de 1 de abril.*

*Contudo o regime do Decreto-Lei n.º48/96, de 15 de maio, foi entretanto objeto de nova alteração operada pelo Decreto-Lei n.º10/2015, de 16 de janeiro.*

*Das alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º10/2015, de 16 de janeiro, ao Decreto-Lei n.º48/96, de 15 de maio, destacam-se: a eliminação da obrigação da entidade exploradora apresentar uma mera comunicação prévia do horário de funcionamento ou das suas alterações; a liberalização dos horários de funcionamento; e a descentralização da decisão da sua limitação.*

*Com as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º10/2015, de 16 de janeiro, o regime do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, passou a estipular que os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos, têm horário de funcionamento livre, podendo as câmaras municipais, em sede regulamentar, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe, restringir os períodos de funcionamento, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos.*

*Com a entrada em vigor destas alterações em 1 de março de 2015, a Câmara Municipal da Lourinhã entendeu não restringir os períodos de funcionamento destes estabelecimentos, optando por adotar o regime livre estipulado no n.º1 do artigo 1.º do atualizado Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, deixando às entidades exploradoras a responsabilidade de, a título probatório, fixarem livremente os horários de funcionamento dos seus estabelecimentos com a salvaguarda da segurança e da qualidade de vida dos cidadãos nas áreas de influência da sua localização.*

*Contudo, volvidos que são mais de três anos sobre esta experiência, o facto é que têm surgido, com uma frequência superior à então expectável, queixas relacionadas com o ruído produzido por determinados estabelecimentos no âmbito do exercício da sua atividade, em concreto, sobre estabelecimentos que exercem atividade de restauração ou de bebidas,*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizam, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, pondo assim em causa o direito ao descanso dos residentes na sua área de influência.*

*Face a esta realidade, a Câmara Municipal entende que é chegado o momento de tomar as medidas necessárias por forma a excluir ou, pelo menos, minimizar o incomodo provocado por estas fontes de ruído, utilizando para o efeito a habilitação legal prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, e consequentemente restringir os seus períodos de funcionamento em sede regulamentar.*

*Assim:*

*Nos termos do n.º1 do artigo 4.º e artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril e 10/2015, de 16 de janeiro, e no uso da sua competência prevista na alínea k) do n.º1 do artigo 33.º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara Municipal da Lourinhã, elaborou o presente projeto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços.*

*Artigo 1.º*

### **Objeto e âmbito**

*1 – O presente regulamento complementa o regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, dos recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril e 10/2015, de 16 de janeiro.*

*2 – O presente regulamento aplica-se a todos os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, localizados no Município da Lourinhã.*

*Artigo 2.º*

### **Horários de funcionamento**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*Os horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos, são regulados pelo regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, 48/2011, de 1 de abril e 10/2015, de 16 de janeiro, com as especificidades constantes no presente regulamento.*

### *Artigo 3.º*

#### **Períodos de funcionamento**

*Sem prejuízo do disposto no regime especial em vigor para atividades não especificadas no Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, e do disposto no artigo seguinte, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, e os estabelecimentos de restauração ou de bebidas situados em postos abastecedores de combustível de funcionamento permanente, têm horário de funcionamento livre.*

### *Artigo 4.º*

#### **Restrições aos períodos de funcionamento**

*1 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas têm horário de funcionamento no período compreendido entre as 06:00 horas e as 24:00 horas.*

*2 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4, os estabelecimentos de restauração ou bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos, têm horário de funcionamento no período compreendido entre as 12:00 horas e as 02:00 horas do dia imediatamente seguinte.*

*3 – Os limites máximos dos períodos de funcionamento definidos nos números anteriores são acrescidos em duas horas nas noites de sexta-feira para sábado, nas noites de sábado para domingo e nas noites que antecedem um dia feriado.*

*4 – Os limites máximos dos períodos de funcionamento definidos nos números anteriores são acrescidos em duas horas, nas seguintes ocasiões ou situações:*

*a) Quando os períodos de funcionamento definidos coincidam com os dias das festas anuais das localidades do município, apenas para os estabelecimentos instalados na respetiva localidade;*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

- b) *Quando os períodos de funcionamento definidos coincidam com o dia de passagem de ano;*
- c) *No período das festas de carnaval, compreendido entre a noite de sexta-feira para sábado e a noite de segunda-feira para terça-feira;*
- d) *Para estabelecimentos instalados nos perímetros urbanos da Praia da Areia Branca e da Praia de Porto Dinheiro;*

*Artigo 5.º*

### **Norma revogatória**

*É revogado o regulamento municipal do regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 20 de junho de 2012 e publicado pelo Edital N.º42/2012, de 13 de julho.*

*Artigo 6.º*

### **Entrada em vigor**

*O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação.”*

**PONTO 15 - REGISTO N.º 5234 DE 03.06.2019 - APRESENTADO PELOS VEREADORES DO PSD,** que abaixo se transcreve:

### **“ Regulamento de Horários de Estabelecimentos Comerciais**

#### **NOTA JUSTIFICATIVA**

*O Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro que aprovou o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, introduziu alterações significativas ao Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, desde logo a fixação de um regime de liberalização de horários de estabelecimentos e a eliminação da mera comunicação prévia do horário de funcionamento e das suas alterações no balcão do empreendedor, sem prejuízo de se manter a obrigação de cada estabelecimento ter o mapa de horário afixado de forma bem visível do exterior.*

*A par da liberalização de horários de funcionamento dos estabelecimentos, o referido diploma determina no seu preâmbulo que a decisão de limitação dos horários é descentralizada, prevendo-se que os municípios possam restringir os períodos de funcionamento, atendendo a critérios relacionados com a segurança e proteção da qualidade de vida dos cidadãos, sempre sem prejuízo da legislação laboral e do ruído.*

*Face à legislação atual e às denúncias por parte de moradores e participações das autoridades policiais relativas à produção de ruído no interior de estabelecimentos, em especial*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*alguns estabelecimentos de restauração e bebidas e bares, e nos espaços públicos adjacentes, urge rever o modelo anterior, consagrando soluções que harmonizem os interesses das empresas e dos consumidores, com o direito ao repouso, qualidade de vida e segurança das populações, designadamente a fixação de regimes de funcionamento consoante a tipologia dos estabelecimentos comerciais e de serviços.*

*Com efeito, considera o Município que a poluição sonora é, não apenas um fator de perturbação da ordem pública, mas também uma agressão a direitos, liberdades e garantias pessoais o que justifica uma intervenção pública preventiva e não meramente reativa ou sancionatória.*

*A experiência na aplicação do regulamento noutros municípios tem demonstrado que o ruído causado pelo funcionamento de estabelecimentos, em especial os de restauração e bebidas e os bares situados na proximidade de habitações, perturba o direito ao repouso dos moradores. Regular o encerramento destes estabelecimentos permitirá que mais cedo também deixem de dispensar bebidas e música, o que contribuirá para a dispersão antecipada de público.*

*Nestes termos, a par das medidas de controlo do ruído aplicáveis a todos os estabelecimentos, como a proibição de permanência de pessoas no estabelecimento depois do horário, o encerramento de portas e janelas e a definição de regras para o funcionamento de esplanadas, o presente regulamento define um novo regime de funcionamento para os estabelecimentos de comércio e serviços, de restauração e bebidas, nomeadamente cafés, cafetarias, cervejarias, restaurantes, snack-bars, bares e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço de dança, nomeadamente, clubes noturnos, cabarets, boîtes e discotecas, estabelecendo-se determinados limites temporais dentro dos quais os estabelecimentos poderão fixar os seus concretos horários, sem prejuízo de poderem ser efetuados alargamentos de horários.*

*A par do regime de restrição ao horário de funcionamento, consagra-se também a possibilidade de os estabelecimentos solicitarem alargamento de horário sob determinadas condições para além dos limites regulamentares agora estipulados, em ambos os casos com audiência prévia dos interessados e consultas prévias da Junta de freguesia da área onde se localiza o estabelecimento, forças de segurança territorialmente competentes, associações sindicais, associações de empregadores, associações de consumidores e todos os que tenham apresentado reclamação sobre o estabelecimento em causa.*

### **Artigo 1º - Norma habilitante**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

*O presente regulamento foi elaborado e aprovado ao abrigo do disposto nos artigos 112º, nº 7 e 241º da Constituição da República Portuguesa; alínea c) do nº 1 do art. 11º do Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro; arts. 3º e 4º, nº 1 do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, na sua atual redação; arts. 4º, nº 1 e nº 3 e 26º do Decreto-lei nº 9/2007, de 17 de janeiro que aprovou o Regulamento Geral do Ruído e das disposições conjugadas da alínea g) do nº 1 do art. 25º e alíneas g), k) e qq), do nº 1 do art. 33º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.*

### **Artigo 2º - Objeto**

*O horário de funcionamento dos estabelecimentos de comércio, de venda ao público e de prestação de serviços, situados na área do Município da Lourinhã rege-se pelas disposições do presente regulamento.*

### **Artigo 3º - Grupos de estabelecimentos**

*Para efeitos de fixação dos respetivos períodos de funcionamento, os estabelecimentos classificam-se de acordo com os seguintes grupos:*

- a) Estabelecimentos do Grupo 1: Estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços;*
- b) Estabelecimentos do Grupo 2: Estabelecimentos de restauração e bebidas, nomeadamente cafés, cafetarias, cervejarias, casas de chá, restaurantes, snack-bares, bares, geladarias, pastelarias e confeitarias.*
- c) Estabelecimentos do Grupo 3: Estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço de dança, nomeadamente clubes noturnos, cabarets, boîtes, dancings e casas de fado e salas de espetáculos.*

### **Artigo 4º - Regime geral de funcionamento**

*1. Os estabelecimentos abrangidos por este regulamento devem definir horários de funcionamento, dentro dos seguintes limites:*

- a) Os estabelecimentos do grupo 1 podem funcionar entre as 06 e as 24 horas, de todos os dias da semana;*
- b) Os estabelecimentos do grupo 2 podem funcionar entre as 06 e as 03 horas, de todos os dias da semana;*
- c) Os estabelecimentos do grupo 3 podem funcionar entre as 10 e as 06 horas, de todos os dias da semana.*

*2. Poderão funcionar em regime de permanência, os seguintes estabelecimentos:*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

- a) *Estabelecimentos comerciais dos grupos 1 e 2, situados em estações e terminais rodoviários, ferroviários ou aéreos ou em postos de abastecedores de combustível de funcionamento permanente;*
- b) *Empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local e similares;*
- c) *As farmácias, de acordo com a legislação aplicável;*
- d) *Os centros médicos, de enfermagem ou similares;*
- e) *As clínicas veterinárias, de acordo com a legislação aplicável;*
- f) *Os postos abastecedores de combustível e lubrificantes e estações de serviços;*
- g) *Os parques de estacionamento e garagens de recolha;*
- h) *As agências funerárias;*
- i) *Demais atividades previstas em legislação especial.*

### **Artigo 5º - Restrição ao horário de funcionamento**

1. *A câmara municipal, com faculdade de delegação no seu presidente, tem competência para restringir os horários dos estabelecimentos, por sua iniciativa ou pelo exercício do direito de petição dos munícipes, desde que estejam comprovadamente em causa razões de ruído, segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos.*
2. *Na tomada de decisão a câmara municipal deve ponderar os interesses dos agentes económicos envolvidos, nomeadamente do comércio tradicional, dos consumidores, as novas necessidades de ofertas turísticas, as novas formas de animação e a revitalização dos espaços sob a sua jurisdição, o direito à tranquilidade e repouso das populações residentes, a segurança, as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.*
3. *A decisão de alterar o horário nos termos dos números anteriores será comunicada, com carácter de urgência, às forças de segurança com jurisdição na área de localização do estabelecimento.*

### **Artigo 6º - Alargamento do horário de funcionamento**

1. *A requerimento dos interessados, a câmara municipal pode alargar os limites fixados no artigo 4.º, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:*
  - a) *O estabelecimento situar-se em zona onde se justifique o desenvolvimento de atividades comerciais, em especial de natureza turística, cultural e desportiva;*
  - b) *Sejam comprovadamente cumpridos os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, salvaguardando o direito dos residentes e da população em geral à tranquilidade, repouso e segurança;*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

c) *Sejam respeitadas as características socioculturais e ambientais da zona em que o estabelecimento se insere, bem como as características estruturais dos edifícios, condições de circulação e de estacionamento.*

2. *O procedimento de alargamento do horário de funcionamento rege-se pelo disposto no artigo seguinte.*

### **Artigo 7º - Audiência dos interessados e consultas prévias**

1. *A restrição e o alargamento dos períodos de funcionamento é precedida da simultânea audiência dos interessados e consulta prévia das seguintes entidades:*

- a) *Junta de freguesia da área onde se localiza o estabelecimento;*
- b) *Autoridades policiais territorialmente competentes;*
- c) *Associações sindicais;*
- d) *Associações de empregadores;*
- e) *Associações de defesa dos consumidores;*
- f) *Todos os que tenham apresentado reclamação sobre o estabelecimento em causa.*

2. *As entidades consultadas devem pronunciar-se no prazo de 10 dias, a contar da sua notificação.*

3. *Considera-se haver concordância das entidades consultadas se a sua resposta não for recebida dentro do prazo fixado no número anterior.*

### **Artigo 8º - Épocas festivas**

*A câmara municipal pode fixar períodos de funcionamento específicos para determinadas épocas festivas, designadamente Carnaval, Páscoa, Natal e Ano Novo, que serão devidamente publicitados através de edital.*

### **Artigo 9º - Mapa de horário**

1. *O estabelecimento comercial deve ter afixado em local visível do exterior o seu horário de funcionamento.*

2. *Para os conjuntos de estabelecimentos, instalados num único edifício, que pratiquem o mesmo horário de funcionamento, deve ser afixado um mapa de horário de funcionamento em local bem visível do exterior.*

### **Artigo 10º - Proibição de permanência de pessoas no estabelecimento**

*Fora do horário de funcionamento é expressamente proibida a permanência de quaisquer pessoas no interior do estabelecimento e o funcionamento de qualquer aparelho audiovisual, salvo situações excecionais, motivadas por circunstâncias não imputáveis aos proprietários ou*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

exploradores dos espaços, bem como para limpeza, arrumações e abastecimento e saída de clientes.

### **Artigo 11º - Controlo do ruído**

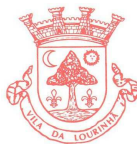
1. Para efeitos do disposto no presente artigo, consideram-se esplanadas os espaços total ou parcialmente ao ar livre, independentemente da natureza da propriedade, afetos ou não a estabelecimentos de comércio e serviços.
2. Em regra, as esplanadas podem funcionar até ao limite do horário do estabelecimento a que estão afetas.
3. Excetuam-se do disposto no número anterior, as esplanadas situadas em zonas mistas e sensíveis definidas em plano municipal de ordenamento do território (PMOT) e na ausência de PMOT que defina mapas de ruído, as que se situem na proximidade de zonas habitacionais, unidades de saúde e similares, que podem funcionar até à 01.00 hora todos os dias de semana.
4. Os equipamentos emissores de som instalados nas esplanadas apenas podem funcionar até às 23h.
5. Os estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço de dança, nomeadamente clubes noturnos, cabarets, boîtes, dancings e casas de fado e salas de espetáculos que se situem em zonas mistas e sensíveis definidas em plano municipal de ordenamento do território (PMOT) e na ausência de PMOT que defina mapas de ruído, os que se situem na proximidade de zonas habitacionais, unidades de saúde e similares terão de laborar de portas e janelas fechadas a partir das 23.00 horas e os restantes estabelecimentos terão de laborar de portas e janelas fechadas a partir da 01.00 hora.

### **Artigo 12º - Consumo de álcool e limpeza dos espaços**

1. Todos os estabelecimentos abrangidos pelo presente regulamento devem proceder à limpeza diária das áreas confinantes e da sua zona de influência, incluindo a remoção dos resíduos provenientes da sua atividade, de acordo com as regras definidas no Regulamento sobre Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública.
2. Os estabelecimentos abrangidos pelo presente regulamento devem ainda cumprir o disposto no regime jurídico da disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público.

### **Artigo 13º - Contraordenações e sanções acessórias**

1. É punível como contraordenação:
  - a) A falta de afixação do mapa de horário de funcionamento;



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 19/2019  
Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019

- b) *O funcionamento fora do horário;*
- c) *A violação do disposto no artigo 10º;*
- d) *A violação do disposto nos nºs 2, 3, 4 e 5 do artigo 11º;*
- 2. *As contraordenações previstas nas alíneas a) e c) são puníveis com coima de 150,00 Euros a 450,00 Euros, para pessoas singulares e de 450,00 Euros a 1.500,00 Euros, para pessoas coletivas.*
- 3. *As contraordenações previstas nas alíneas b) e d) são puníveis com coima de 250,00 Euros a 3.740,00 Euros, para pessoas singulares e de 2.500,00 Euros a 25.000,00 Euros para pessoas coletivas.*
- 4. *A tentativa e a negligência são puníveis.*
- 5. *Para além das coimas previstas no presente artigo, quando a gravidade da infração e a culpa do agente o justifiquem, designadamente em caso de reincidência, pode ser aplicada a sanção acessória de redução do período de funcionamento, por um período de 90 dias a 180 dias subsequentes à notificação da decisão.*
- 6. *A competência para determinar a instauração dos processos de contraordenação, para designar o instrutor e para aplicar as coimas e sanções acessórias pertence ao presidente da câmara municipal ou ao vereador com competência delegada.*
- 7. *As receitas provenientes da aplicação das coimas reverterem para a Câmara Municipal da Lourinhã.*

### **Artigo 14º - Mercados Municipais**

*O regime de horários de funcionamento dos mercados municipais rege-se pelas disposições constantes de regulamentos próprios.*

### **Artigo 15º - Limites de duração do trabalho**

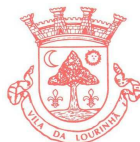
*As disposições do presente regulamento não prejudicam a aplicação de normas legais relativas à duração diária e semanal do trabalho, regime de turnos e horários de trabalho, descanso semanal e remunerações devidas previstos na legislação laboral, em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em contrato individual de trabalho em vigor.*

### **Artigo 16º - Disposições Transitórias**

*Os horários de funcionamento dos estabelecimentos abrangidos por este Regulamento que não se harmonizem com o que nele se determina são obrigatoriamente revistos pelas entidades que os explorem, no prazo de 30 dias a contar da sua entrada em vigor.*

### **Artigo 17º - Vigência**





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 19/2019**  
**Reunião Ordinária de 10 de julho de 2019**

*O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação em Diário da República. “*

Atendendo que o ponto 14 e o ponto 15 têm a mesma natureza, a Câmara deliberou criar um grupo de trabalho com vista à elaboração de um único projeto de regulamento que vise regular os horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços. Para o efeito o aludido grupo será constituído pelos seguintes elementos: Vereador João Serra, Vereadora Vanda Oliveira e Vereador António Augusto Antunes e o Jurista da Câmara, José Martins. Estando presente na reunião na qualidade de Vereador substituto Brian Silva, o mesmo pediu para participar no desenvolvimento dos respetivos trabalhos, tendo sido autorizado pela Câmara. Foi ainda deliberado agendar a primeira reunião do grupo de trabalho para o dia 16.07.2019, pelas 15,30 horas, na sala de reuniões do Órgão Executivo.

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 11,45 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim \_\_\_\_\_, O Assistente Técnico -----  
\_\_\_\_\_, O Presidente da Câmara. -----